



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na abertura da conferência
internacional sobre perspectivas para
erradicação da febre aftosa*

PALÁCIO DO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 11 DE JULHO DE 1996

Senhor Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Senador Arlindo Porto; Senhor Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde, Jorge Alleyne; Senhor Diretor Substituto da FAO, Severino Melo de Araújo; Senhor Diretor do Escritório Internacional de Epizootias, Jean Blancou; Senhor Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antonio Ernesto De Salvo; Senhoras e Senhores;

Quero iniciar este encontro, esta conferência, agradecendo muito especialmente à Organização Pan-Americana de Saúde, à Organização Mundial de Saúde, ao Escritório Internacional de Epizootias e à FAO por estarmos sediando aqui no Brasil esta conferência.

Para nós, é muito importante – nós, brasileiros – esta preocupação específica com a questão da febre aftosa, com o seu impacto na segurança alimentar e nas condições sanitárias do rebanho, especialmente porque, como os senhores sabem, o Brasil é um país que dispõe hoje de um rebanho considerável, cerca de 150 milhões de cabeças, que correspondem praticamente a uma cabeça por habitante. É algo de que nos orgulhamos poder desenvolver aqui, nestas terras

tropicais e subtropicais, um rebanho desse porte, sobretudo com as condições pelas quais esse rebanho está passando nos últimos tempos.

Como os senhores sabem, a questão da febre aftosa é uma preocupação, uma dor de cabeça antiga. Já no século passado, por volta de 1870, se detectavam alguns focos. Nós começamos a combater a febre aftosa em 1919; portanto, temos uma longa convivência com a matéria – melhor fosse que não a tivéssemos nem tão longa nem tão persistente. O fato é que não desanimamos. Na verdade, temos hoje um Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. Os estados do Sul do Brasil, Rio Grande, Santa Catarina, já conseguiram praticamente eliminá-la.

Como também os senhores sabem melhor do que eu, na verdade, nós estamos adotando um procedimento de eliminá-la por circuitos: no começo, nos estados do Sul; depois, nos do Centro-Oeste; e estamos nos aproximando dos estados do Norte. E me apraz dizer-lhes que, além de já termos praticamente eliminado focos de febre aftosa na área do Sul do Brasil, no Rio Grande e em Santa Catarina, os casos detectados de focos de aftosa caíram drasticamente. Em 1992, nós contávamos cerca de 2000 focos e, hoje, cerca de 50, sendo que – agrada-me dizer-lhes – nesta que é uma região crescentemente de criação, de pecuária, o Distrito Federal, há muito tempo, há cerca de 30 meses, não se tem registro de casos de aftosa. O mesmo se dirá – talvez com menos controle pelo tempo –, por exemplo, de Goiás, onde há cerca de dez meses não se tem registro, como em outros estados do Brasil, onde estamos efetivamente fazendo um esforço muito grande para controlar a febre aftosa.

Ora, com o mundo de hoje, mundo globalizado, em que estamos crescentemente importando e exportando – e nós, com um rebanho desse porte, temos interesse muito grande na exportação, e, no futuro, isso será uma realidade mais viva do que é hoje em dia –, é essencial que também se tomem medidas de precaução e controle da febre aftosa. E não só dela, como da brucelose e das demais epidemias e endemias que podem molestar nosso rebanho e causar preocupação.

Por isso mesmo, nossa conduta tem sido a de incentivar acordos regionais. Não estamos nos limitando apenas ao controle no Brasil. Existe o esforço, patrocinado pelos senhores, de controle em nível latino-americano. Isso induz a uma crescente integração da América Latina, porque não adianta resolver um foco num país e, depois, eventualmente ser esse país contaminado.

Temos problemas mais graves do que esse no que diz respeito à dengue, causada por um mosquito que produz febre e hemorragias e que nós já eliminamos várias vezes, mas ele volta. E volta porque, na verdade, não houve uma eliminação em conjunto.

Desta vez, não. Como os senhores sabem melhor do que eu, existe uma programação. O Brasil está se antecipando a essa programação, que deveria estender-se até o ano 2010 ou 2015. Estamos com esses programas para que, aqui no Brasil, nós possamos, com mais rapidez, ter esse controle. Mas, repito o que é sabido e óbvio, não adianta essa atuação só num país. Uma andorinha só, nessa matéria, não faz verão. É preciso que haja, realmente, um esforço conjunto.

E mais ainda: estamos vendo o problema dramático da chamada “vaca louca” na Europa e as conseqüências terríveis que isso está produzindo sobre a economia inglesa, européia. Num mundo de internacionalização, de comércio crescente, essa é uma questão de segurança generalizada, não apenas de um país.

Ora, não é possível, com os recursos disponíveis, enfrentar problemas dessa magnitude – sobretudo num país como o nosso, que é continental, que tem regiões muito diversificadas –, se não houver uma ativa cooperação com setores da sociedade civil, com as organizações de produtores, com os representantes dos consumidores, que também se empenham para a manutenção de condições sanitárias adequadas.

Na verdade, a ênfase, nesta matéria, como no que diz respeito às endemias que atacam também o homem, é crescentemente numa preocupação preventiva, mais do que curativa. Temos que ter realmente uma ação muito enérgica em termos de vacinação, em termos

de controle efetivo, que evite a disseminação desses focos, pois ela pode ter conseqüências muito desagradáveis.

Nós criamos aqui o Comitê Nacional de Saúde Animal, com esse propósito e com o propósito também de ampliar os laços entre o Governo e as organizações da sociedade civil. Nos nossos dias, nada será feito de maneira conseqüente, de maneira que permita, efetivamente, uma ação que tenha começo, meio e fim, sem que haja entrosamento entre a autoridade pública e a sociedade. Isso, talvez, seja o refrão fundamental e a modificação fundamental na concepção que se tem hoje nas organizações estatais e nas organizações administrativas e de poder. Poder não se exerce no isolamento: ou se exerce em consonância com a aspiração geral, ou é um poder vazio, porque não consegue chegar a resultados. Essa é a nossa orientação, é de entrosamento crescente

Queria, também, aproveitar a oportunidade – que é rara, pelo menos para mim – de ter um auditório preocupado com esse tipo de matéria, para lhes dizer o seguinte: nós estamos fazendo um grande esforço nessa direção aqui no Brasil e achamos importante o que a Organização Mundial do Comércio começou a desenhar, ou seja, que o controle da aftosa e as barreiras não alfandegárias que se imponham às importações não podem ser feitos em termos genéricos, em relação a um país do porte do Brasil.

Não tem sentido dizer que há aftosa no Brasil. Em que região? É preciso que haja uma discriminação de regiões. Há regiões que já estão livres dela, e para elas deve ser acordado o direito de exportação e a possibilidade de participarmos mais ativamente do mercado mundial de carnes e derivados. Esse é o caminho certo.

Nós dizemos isso, não com o ânimo de não cuidar do conjunto do País, mas com a consciência de que, pelo porte deste país, será necessário atacar esse problema regionalmente, por partes; e é um incentivo àquelas partes que já se livraram da aftosa que tenham também a possibilidade do reconhecimento pela comunidade internacional e que não sejam injustamente discriminadas em termos de barreiras não tarifárias.

Agora, que o mundo inteiro marcha decididamente para uma liberação do comércio e que temos a Organização Mundial do Comércio, esse princípio é fundamental. Nós, no Brasil, temos feito um esforço enorme no que diz respeito à abertura dos nossos mercados e à nossa obediência às regras do comércio internacional, muitas vezes em detrimento de alguns setores da produção local. Mas não podemos aceitar passivamente que, através de artifícios, se imponham barreiras ao nosso comércio.

Eu queria também lhes dizer que tenho convicção, e convicção fundada na análise e em depoimentos de muita gente, de que este país pode se transformar num grande exportador de carne. Quando tive a honra de exercer o Ministério das Relações Exteriores, hoje tão bem exercido pelo Ministro Lampreia, nós lutamos muito para obtermos alguma quota, na “quota Hilton”, porque o nosso é um produto de melhor qualidade e que rende mais. Conheço as dificuldades. O Ministro da Agricultura tem tido uma atividade muito intensa nessa matéria, como teve seu predecessor também, que foi quem, realmente, iniciou uma ação muito enérgica não só no que diz respeito à aftosa, mas também no que diz respeito à melhoria genética do rebanho e à questão relativa ao novilho precoce. São instrumentos fundamentais para que possamos participar de forma realmente ativa do comércio de carnes.

Tenho a convicção, eu dizia, tenho a certeza de que os Ministros da área não me desmentirão nessa matéria: dadas as condições específicas de clima, de altitude e do modo como estamos utilizando as pastagens no Brasil, nós podemos ampliar, e muito, o nosso rebanho. Aqui e agora, com todos esses cruzamentos genéticos, com o cruzamento das raças de origem hindu, com raças de origem europeia e o cuidado no aprimoramento genético; com os bancos de sêmen, com a inseminação artificial, com todo cuidado com o novilho precoce; com alimentação mais adequada, com a ação sempre constante dos órgãos de pesquisa que aprimoram a alimentação e o controle sanitário do nosso rebanho, eu não tenho dúvida nenhuma de que podemos ampliar, e muito, não só a criação, como a exportação de carnes. E não me refiro apenas às regiões onde, tradicional-

mente, se criava, à região de pecuária tradicional, basicamente uma região do Sul que tinha gado de origem inglesa, mas me refiro a esse Centro-Oeste do Brasil, que é uma região de enormes possibilidades nessa matéria, e possibilidades que se acentuam crescentemente, porque estamos deixando a criação de tipo extensivo e passando para uma criação de tipo intensivo. E com todos os cuidados.

Ora, um país que dispõe dessa riqueza, que dispõe dessa capacidade de utilização das suas condições naturais e que já dispõe de uma base de conhecimento técnico e de políticas adequadas é um país que tem que se preocupar com as medidas sanitárias e fitossanitárias, tem que apoiá-las de modo muito intenso.

Acho que essa mobilização que se está fazendo, essa atenção toda especial e o fato mesmo de o Presidente da República estar aqui para abrir esta conferência são um sinal disso. Fiz questão de vir por esta razão, porque acredito que este é um setor fundamental para o nosso país e para os demais países que são criadores de gado.

O fato, portanto, da minha presença aqui, é um sinal de que o Governo brasileiro está absolutamente empenhado no combate à aftosa, no melhoramento das condições do nosso rebanho, no aprimoramento das regras que vão permitir, crescentemente, uma ação que ultrapasse o nível de um país, como uma ação regional visando a uma ação global, de tal maneira que, no futuro, não só possamos, efetivamente, dispor de boa alimentação, como possamos dizer que essa alimentação renderá frutos para aqueles que a produzem.

Com estas palavras, Senhores Ministros, Senhores Representantes da Organização Pan-Americana de Saúde, da FAO, dos escritórios especializados em matéria de aftosa, Senhores Membros desta Conferência, quero deixar aqui os meus votos de êxito e de que as palavras a serem aqui proferidas além das minhas – que são meras palavras introdutórias de leigo na matéria – se traduzam, efetivamente, numa ação crescentemente organizada e em favor daquilo que une a todos nós, que é a melhoria das condições de produção e de consumo da carne do Brasil e do resto da América Latina.

Muito obrigado aos senhores,